



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ÚLTIMA LIÇÃO



Título

Última Lição ~ volume I

Edição

Universidade de Évora

Coordenação

Hermínia Vasconcelos Vilar e Noémi Marujo

Autores

Irene Borges-Duarte, Jorge de Oliveira, José Alberto Gomes Machado,
José Manuel Caetano, Mourad Bezzeghoud, Pedro Paulo Alves Pereira

Projeto gráfico

João Morgado [Divisão de Comunicação]

Impressão

Capa: Gráfica Eborense

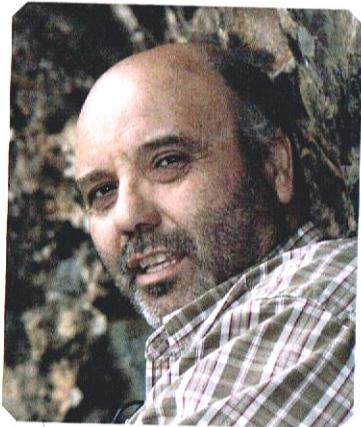
Miolo: Unidade de Impressão e Encadernação

Évora, novembro de 2025

Depósito Legal n.º 556285/25

ISBN 978-972-778-495-0

Tiragem ~ 100 exemplares



Dos territórios megalíticos ao Tratado de Alcanices na falda norte da Serra de S. Mamede

Jorge de Oliveira

Escola de Ciências Sociais (ECS)

Centro de História da Arte

e Investigação Artística (CHAIA)

“Última Lição”

Pressupõe-se que numa denominada “Última Lição” sejam abordados assuntos que de alguma forma abarquem, genericamente, o tema ou temas principais da investigação do professor que a irá lecionar. Quando a Magnífica Reitora da Universidade de Évora me convidou para proferir a derradeira aula de imediato pensei que o tema da mesma deveria incidir sobre o passado remoto da região que me viu nascer e sobre o qual desde sempre me preocupei em compreender e resgatar. Propus-me, assim, refletir sobre a dinâmica da ocupação humana da falda norte da Serra de S. Mamede, marcada pelo principal acidente orográfico do sul de Portugal e o grande rio que atravessa o País, o Tejo, tendo como elemento central a bacia do rio Sever, seu afluente. Tinha já este tema sido apresentado, ainda que numa abordagem muito mais arqueográfica, em dois fóruns junto da comunidade arqueológica. Nesta “Última lição”, porque não se destina exclusivamente a arqueólogos apresenta-se o mesmo assunto dispensando-se, contudo, as terminologias específicas da ciência arqueológica e os registos documentais de contextos e estratigrafias, que já anteriormente, em espaço próprio divulguei. Tentarei, pois, que através desta “Última lição” consiga comigo levar em passeio, pelo tempo e pelo espaço, todos aqueles que, simpaticamente, quiseram a ela assistir e a quem reconhecidamente muito agradeço.



Localização
da bacia hidrográfica
do Rio Sever

Marcos na paisagem

Todos os animais, por diferentes meios, marcam os seus territórios de exploração e o homem não foge a essa norma. Desde as épocas mais recuadas, ainda mesmo durante a fase da caça e recolheção já o homem assinalava os seus espaços de recolha de recursos. Chegaram a até nós alguns testemunhos dessas ancestrais demarcações sendo a pintura rupestre e posteriormente alguns monumentos megalíticos exemplos desses sinalizadores territoriais.

Quando após a última glaciação o homem enceta uma vida mais sedentária o investimento na domesticação da terra gera, naturalmente, um maior sentido de posse sobre o território onde ele se esforçou. Marcar e demarcar o que considera seu assume gradualmente maior relevância. Aos ancestrais territórios de exploração de recursos naturais somam-se agora os espaços onde o homem investiu força e tempo desmatando clareiras para a agricultura e para a pastorícia. Naturalmente, quanto maior o investimento, maior o sentido de posse dos territórios. Será com a emergência do Neolítico que a apropriação da terra e a

sua consequente sinalização e demarcação assumem características assumidamente intemporais. O sinal mais evidente da apropriação do espaço processa-se, em quase todas as comunidades, através da monumentalização da morte. Os denominados “campos santos”, com maior ou menor monumentalização, assumiram e continuam a assumir o mais forte sentido de ligação do homem a um espaço e a sua consequente apropriação. São as necrópoles, por excelência onde os seus ancestrais permanecem, o marcador central de propriedade dum grupo. Da mesma forma, desde épocas igualmente recuadas o homem através de outros sinais procurou demarcar os limites dos territórios que considera seus por forma a informar e intimidar os outros que possam chegar. Marcos naturais, tais como formações rochosas bem destacadas na paisagem, cursos de água de difícil transposição, linhas de festo, árvores de significativa dimensão e quando necessário reforçadas por ereção de balizas artificiais, ou pelo reforço gráfico dos acidentes naturais, de tudo o homem se serviu para informar os outros que aquele espaço tem dono, ou donos.

O simples muro, ou muralha, a pedra ou pau erguidos, os símbolos gravados ou pintados sobre rochas ou árvore, o posicionamento simbólico de objetos, ou artefactos em locais de passagem, de tudo o homem se serviu para delimitar o espaço que considera seu. À medida que o investimento na terra aumenta, maior é o reforço na sinalização e fiscalização da propriedade. Gradualmente, ao longo do processo de apropriação do território o homem estabelece pontos de guarda e vigilância do que considera seu ou da comunidade a que se sente ligado. Atalaias em sítios elevados emergem nos limites dos territórios, muros encerram os espaços da vida e da morte, a intervisibilidade e as comunicações assumem, cada vez mais, um papel determinante na demarcação dos territórios. Serão, sobretudo, os locais naturais de passagem, os vulgarmente chamados portos, ou portelas que maior atenção vão merecer por parte dos que da terra se apropriam. Por esses locais obrigatoriamente terão que passar homens e animais e será aí que os que se consideram proprietários do território concentram maior controlo. São locais de importância vital para a salvaguarda da sua propriedade e da sua economia.

Quem controlar as zonas de passagem controla o território.



Penhas
do Porto Roque
(Concelho
de Marvão)

Quando a densidade populacional é reduzida e não permite uma efetiva e continuada presença de defensores, a estratégia de controlo e defesa passa pela obstrução física artificial da passagem, ou pela intimidação psicológica. Barreiras artificiais, como muros de pedra ou cercas de madeira, tentam estrangular as passagens. Em alternativa, ou em complementaridade, o efeito psicológico pode dissuadir os que de fora se aproximam. Marcos, sinais, ou objetos com forte carga explicitamente negativa informam os outros que a partir daquele ponto o território tem proprietários. Singulares e notáveis acidentes naturais foram, continuamente, utilizados como marcadores territoriais. Mas, quando o limite dos territórios se distende muito é natural que outros elementos sejam impostos na paisagem e de forma mais perene. Marcos de pedra, eretos na paisagem, de maior ou menor dimensão, foram e continuam a ser a opção mais recorrente para o homem marcar os espaços que entende como seus ou pertencentes ao seu grupo. Contudo, as necrópoles sempre foram e ainda continuam a ser os principais marcos de ligação e apropriação duma comunidade a um território.

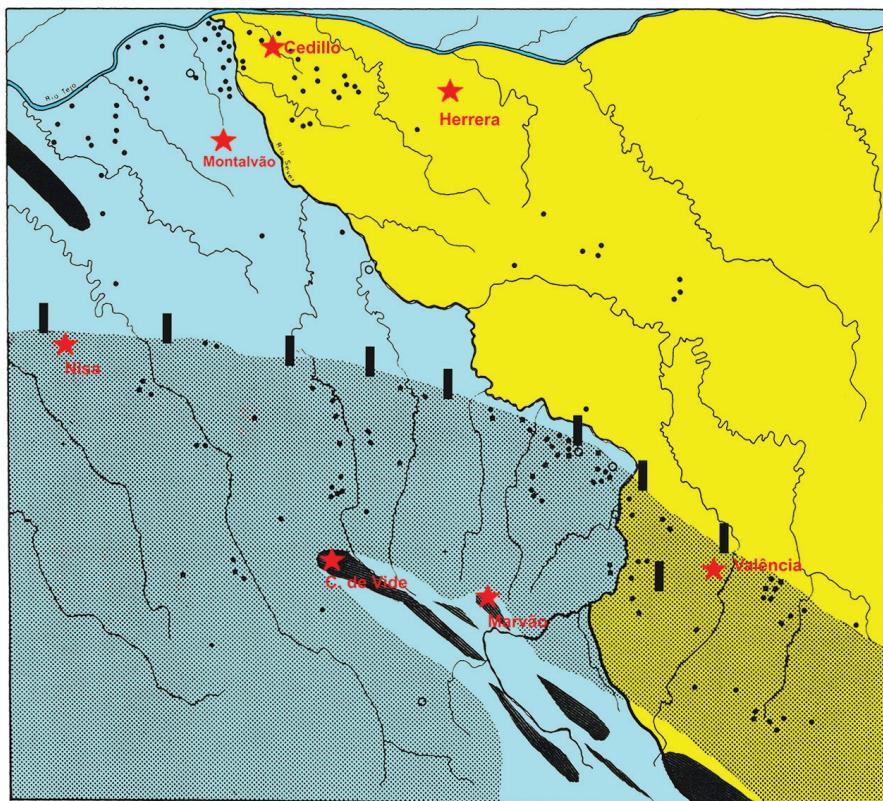
Paisagens megalíticas na bacia do rio Sever

A reflexão que aqui trazemos debruça-se sobre o território drenado pela bacia hidrográfica do Rio Sever, uma região geomorfologicamente muito diversificada, limitada a sul pelas cristas quartzíticas da Serra de S. Mamede e a norte pelos xistos que bordejam o rio Tejo. Em termos orográficos a bacia do Sever poderá ser dividida em quatro regiões. A Sul, a zona montanhosa, está balizada pelas cotas dos 500 aos 1025 metros. É caracterizada por encostas de xistos coroadas por afloramentos quartzitos predominantemente escarpados revestidas por floresta. Os solos são essencialmente da classe E. Na meia encosta, caracterizada por declives mais suaves, encontram-se sobretudo granitos. Nela registam-se pequenas manchas de solos de classe D e estreitas faixas de solos de classe C nas margens do rio e de algumas ribeiras, intervaladas por grandes espaços sem valor agrícola. Nas cotas inferiores aos 300 metros abandonamos os solos litólicos não húmicos que caracterizam a meia encosta e entramos nos litossolos de xistos e grauvaques que se estendem em peneplanície até às margens do Tejo onde as cotas que oscilavam entre os 300 e os 250 metros caem repentinamente para os 100 metros nas margens do grande rio. Aqui a peneplanície dá lugar a encostas escarpadas de solos essencialmente esqueléticos recortados por estreitas faixas de terrenos ainda com algumas aptidões agrícolas. Os estudos arqueológicos que há várias dezenas de anos desenvolvemos nestas regiões permitem-nos hoje compreender que desde os alvares do Neolítico, quando o homem gradualmente passa para uma economia produtora, que se começam a esboçar dois territórios onde se fixaram comunidades humanas que desenvolveram economias distintas decorrentes dos ecossistemas que aí encontraram.

Ao longo dos sessenta e três mil metros do curso do Rio Sever e nos quatrocentos e cinquenta quilómetros quadrados que ocupa a sua bacia hidrográfica, embora não conheçamos claramente os testemunhos do povoamento das primeiras comunidades agro-pastoris, conhecemos suficientemente bem as suas estruturas funerárias porque eram muito mais monumentais do que os seus povoados. Aqui identificámos perto de centena e meia de sepulturas megalíticas que se dividem, claramente, em duas manchas megalíticas, uma localizada na meia encosta, em

terrenos predominantemente graníticos e outra, mais a norte, nas margens dos Tejo, em solos xistosos.

Observando a distribuição das sepulturas megalíticas e por consequência os espaços dos vivos que nas imediações se situavam e tendo em atenção a edafologia da região verificamos que a maioria dos monumentos, quer sejam em xisto, quer sejam em granito foram implantados em solos classificados atualmente na classe de D e E. Nos solos com melhores aptidões agrícolas, apenas dois monumentos aí foram construídos.



CARTA POLÍTICA
SOBRE A LITOLOGÍCA DA
BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SEVER

PORTUGAL ESPANHA



Fronteiras
naturais
e políticas

A não ocupação de solos pesados, portanto com melhor aptidão para a agricultura por parte dos construtores de megalitos parece ser uma constante na área em estudo. Os solos litólicos não húmicos graníticos e os xistosos das margens do Tejo parecem terem sido os mais preferidos. Embora atualmente os solos das margens do Tejo estejam classificados como esqueléticos e sem qualquer aptidão agrícola, anteriormente às intensas campanhas do trigo promovidas nas décadas de quarenta e cinquenta, eles ainda possuíam alguma potência de solo arável, aumentando-se, assim, provavelmente a área de solos da classe D. Embora em Espanha campanhas cerealíferas semelhantes tenham ocorrido pela mesma altura, não atingiram as proporções verificadas em Portugal. Alguns dos solos hoje esqueléticos apresentar-se-iam em épocas mais recuadas com potências muito superiores o que lhes facilitaria um coberto vegetal algo distinto do existente atualmente.

Como temos vindo a constatar na bacia hidrográfica do rio Sever duas manchas megalíticas são isoláveis. Se através do posicionamento geográfico geral estas duas manchas megalíticas são facilmente detetáveis elas tornam-se ainda mais evidentes quando projetamos a sua localização sobre uma carta geológica ou de solos. A Sul, nos solos litólicos não húmicos de granitos e rochas afins concentram-se os monumentos de grande dimensão obtidos por blocos de granito. A Norte nos litossolos de xistos ou grauvaques localizam-se as pequenas sepulturas construídas por lajes de xisto.

A linha de separação entre os granitos e os xistos forma uma autêntica fronteira entre os dois grupos megalíticos localizados no interior da bacia do Sever. Se por si só esta observação é digna de registo, a sua continuidade para além da área em estudo confere-lhe ainda maior importância. Observando a carta geral de distribuição de sepulturas megalíticas do Nordeste Alentejano e Noroeste da "Extremadura" espanhola, verifica-se que a linha de contacto entre os granitos e os xistos parece limitar claramente dois grupos megalíticos que não se isolam unicamente em termos de matéria-prima e correspondente especificidade arquitetónica. A diversidade dos dois grupos, que é bem observável na arquitetura reflete-se igualmente nas oferendas fúnebres evidenciando que embora os rituais

fossem muito idênticos e contemporâneos a economia das comunidades que os produziram assentava em recursos muito distintos.

Os distintos complexos geológicos que caracterizam a área em estudo, associados aos aspectos orográficos e consequentemente aos climáticos que se projetam nas características florísticas e faunísticas específicas de cada um deles, devem ter condicionado duas economias que parecem corresponder respetivamente às duas e diferentes manchas megalíticas isoladas no interior da bacia do Sever. Na zona mais montanhosa, com cotas superiores a 600 metros, não existem monumentos megalíticos. Pela meia encosta granítica, sobretudo nas imediações da linha de água dispersam-se dos dólmenes de maior envergadura. Quando abandonamos a zona granítica e entrarmos nos litossolos de xistos os sepulcros megalíticos estão ausentes, voltando de novo a ocorrer nas imediações da foz do Tejo. Uma larga faixa de terrenos, atualmente incluídos na classe E, portanto, sem aptidões agrícolas, separa as duas manchas megalíticas. Esta *terra de ninguém* megalítica também o parece ter sido ao longo de toda a História pois a presença de testemunhos de épocas posteriores é também bastante reduzida.



Grande anta
da Melriça
(Concelho de
Castelo de Vide)

Separam-se, assim, em termos arquitetónicos, orográficos, geológicos, faunísticos e florísticos dois grupos megalíticos que poderão corresponder a distintas comunidades, estruturadas em diferentes ecossistemas. Na zona sul, a meia encosta, onde o microclima de características atlânticas esbate as amplitudes térmicas que castigam a outra região, desenvolve-se e provavelmente desenvivia-se uma flora exuberante e habitada por múltiplas espécies cinegéticas. Este corredor dos granitos, abundante em água que facilitaria a exploração dos pequenos, mas férteis vales na periferia da floresta, parece ter oferecido um conjunto de condições excepcionais ao desenvolvimento de uma economia mista em que a agricultura / horticultura se associa à exploração dos recursos que a floresta possibilita, quer em termos de caça, quer em termos de pastorícia. Esta economia rica e diversificada, proporcionadora de excedentes, deverá em parte explicar o investimento energético despendido na monumentalidade e riqueza do mobiliário votivo do megalitismo deste grupo, caracterizado por grandes sepulturas e ricos espólios.

Mais a norte, onde as amplitudes térmicas dos climas de características mediterrânicas se fazem sentir, e onde os solos quase esqueléticos drenados por ribeiras de curso sazonal não facilitam a sua exploração em termos agrícolas ou florestais, empurraram as populações para junto do grande rio, deixando uma larga faixa de terreno, por vezes superior a doze quilómetros, sem qualquer ocupação humana. Esta *terra de ninguém*, na margem portuguesa chamada localmente de Chão Salgado, com idênticas características na margem espanhola, separa os dois grupos megalíticos. Se as comunidades do sul que viviam na orla da floresta parecem ter encontrado nela o seu complemento alimentar, as do norte terão procurado no rio Tejo e foz do Sever o suplemento nutritivo que os pequenos vales de reduzida aptidão agrícola não conseguiam fornecer. Duas comunidades explorando distintos recursos, proporcionando excedentes desiguais e condicionadores de diferentes estruturas sociais, em ambientes geológicos diferentes, deverão, para além de outras consequências, produzir ritualizações e discursos arquitetónicos semelhantes, mas volumetricamente distintos. Esta diversidade parece refletir-se em diferentes atitudes perante a morte, especialmente demonstradas em termos da volumetria das arquiteturas e riqueza e diversidade das oferendas fúnebres.



Pequena anta
da Sardinha
(Concelho de
Castelo de Vide)

Apesar de um levantamento arqueológico por muito exaustivo que seja nunca poder ser dado por concluído, as várias prospeções por nós efetuadas em ambas as margens do Rio Sever, mas sobretudo na portuguesa, não revelaram, nesta terra de ninguém, mais nenhuma sepultura megalítica para além da que, recentemente, registámos junto ao marco geodésico Sardinha, no concelho de Castelo de Vide. Como já por várias vezes afirmámos, o território que separa as duas manchas megalíticas, para além de não possuir grandes aptidões agrícolas, e ser drenado por um reduzido número de linhas de água, na sua maioria sazonais, conferindo-lhe características ambientais muito particulares, parece não apresentar razões suficientemente fortes para justificar a ausência de ocupação humana ou, pelo menos, a inexistência de manifestações megalíticas. Esta divisão torna-se mais compreensível com a sobreposição da carta de localização dos menires conhecidos na área em estudo sobre a das sepulturas megalíticas. Ao fazermos coincidir as duas cartas, de imediato nos apercebemos que os principais menires se implantam exatamente ao longo da linha de contacto entre os granitos e os xistos, formando como uma linha de fronteira.

Menhir da Meada
(Concelho de
Castelo de Vide)



Os menhires enquanto sinalizadores da paisagem

Os mais volumosos menhires desta região implantam-se no limite norte da mancha megalítica dos granitos funcionando, provavelmente como marcos territoriais. Sabemos hoje que a emergência da “moda” de levantar menhires é substancialmente mais antiga do que a maioria dos sepulcros megalíticos. Este desfasamento cronológico chega mesmo aos dois milénios, remontando, assim, os menhires aos alvares do Neolítico, enquanto as vulgares antas ocorrem a partir do Neolítico médio. Diz-nos o registo arqueológico que a “moda” de erguer menhires prevaleceu por pouco tempo e que quando as antas se vulgarizam os menhires já estariam em desuso por isso os encontramos já desfuncionalizados e maioritariamente truncados a serem reutilizados como esteios de antas. Poderemos demonstrar, assim, que as diferenças arquitetónicas e rituais dos dois grupos megalíticos funerários parecem terem raízes mais antigas testemunhadas na linha de menhires sobreposta sobre a fronteira que separa os granitos dos xistas.

Diferentes aspectos separam as duas *manchas megalíticas* parecendo refletir estruturas económicas e sociais distintas que foram provavelmente geradoras de

focos de conflitualidade que a *terra de ninguém* e o domínio visual dos menires parecem querer confirmar a que se somam os vestígios de profundos traumatismos provocados por objetos cortantes e perfurantes detetados nos restos ósseos por nós identificados. Para além da simbologia fálica de praticamente todos estes menires apresentam, eles parecem formar como que uma linha de marcos delimitadores do território com maiores recursos económicos expressos pela maior monumentalidade arquitetónica e número e riqueza do espólio funerário. Estabelece-se, desta forma, uma linha de fronteira orientada grosso modo nascente poente que se estende, pelo menos desde a Serra de S. Pedro, já a avistar Cáceres, secciona transversalmente o curso do Rio Sever e projeta-se para oeste do território de Nisa. Definem-se, assim, desde pelo menos o 6.º milénio antes de Cristo, dois territórios onde se instalaram duas comunidades que desenvolveram economias distintas, que se refletiram em diferentes comportamentos perante a morte e que parece não terem convivido muito pacificamente, atendendo aos profundos traumatismos observáveis nos restos ósseos. Contudo, se testemunhos dessa conflitualidade está presente nos depósitos megalíticos ela ainda não se fazia sentir nos povoados seus contemporâneos. Nesta zona, até agora, nenhuma estrutura de defesa neolítica foi detetada. Se existiram seriam rudimentares e em material perecível que não se detetam na atual paisagem.

Dos inícios da metalurgia à Romanização

Quando as influências orientalizantes se começam a fazer sentir com maior intensidade e a metalurgia desponta nesta zona da Península Ibérica as comunidades que até aí se estabeleciam em povoados de pouca altitude procuram agora cotas mais altas e naturalmente protegidas. Os povoados que situariam nas proximidades do Rio Sever são abandonados e os cumes dos cerros começam a ser fortificados. Desde os finais do Calcolítico até à chegada dos Romanos pontos estratégicos das principais linhas de cumeada passam a ser espaços de vivência humana. O Castelo de Vidago (Vidais), o do Corregedor, o da Crença, o Del Jardinero, o Castelo Velho do Sever e os das Águas Blancas, ou o da Senhora da Graça testemunham essas épocas conturbadas que se viveram nas imediações nas margens do Sever

originados pela disputa das melhores terras e zona de mineração. Uma, ou mais linhas de muralhas, envolveram estes povoados. Casas quadrangulares, ou redondas, outrora provavelmente, cobertas por giestas anexam-se umas às outras aproveitando da melhor forma o pouco espaço que as muralhas protegiam, mas, se bem observarmos o território, a maioria destes povoados fortificados implantam-se no limite da mancha granítica a norte da Serra de S. Mamede. As cumeadas que sustentam Marvão, Castelo de Vide, Valência de Alcântara, Herrera e Albuquerque parecem inserir-se neste tipo de estratégia que, sobretudo, as comunidades da segunda Idade do Ferro adotaram, nas encostas da Serra de S. Mamede.



Cidade Romana de
Ammaia com
Marvão ao fundo

Com a chegada dos Romanos, outra página começa a ser escrita nesta região. As comunidades que sobreviviam nos alcantilados montes descem de novo aos vales. Mais pela força das armas do que por vontade própria, como os vestígios arqueológicos bem o demonstram, os povoados fortificados da Idade do Ferro

sucumbem e as terras com melhor aptidão agrícola começam a ser intensamente exploradas. Várias *villae* e casais agrícolas redesenham a paisagem entre a Serra de S. Mamede e o Vale do Tejo. Casas agrícolas mais ou menos faustosas, por vezes revestidas por mosaicos junto a armazéns, moinhos e termas assinalam a riqueza que os romanos souberam retirar dos solos agora por eles ocupados. No Vale da Aramenha, junto a Marvão, em terras pesadas e férteis e onde a água abunda, pelos inícios do século I, os Romanos instalam uma nova cidade. Ammaia se chamava. Mais do que um grande centro cosmopolita, reconhece-se hoje que Ammaia terá sido uma cidade de lazer, satélite da grande Mérida. Aqui, construíram os emeritenses as suas casas de veraneio. Para aqui acorreriam os romanos endinheirados nos implacáveis estios, em busca da sombra e da água, que a quente capital não propiciava. Aqui, na Ammaia, bordejada pelo rio Sever e abastecida por, pelo menos, três nascentes que os romanos souberam conduzir até ao centro da cidade, assistiam a espetáculos tendo como cenário o brutal acidente que sustenta hoje Marvão. Os influentes e poderosos togados que veraneavam em Ammaia rapidamente a transformam política e arquitetonicamente. Pouco tempo depois da sua fundação, ao tempo de Cláudio, recebe a categoria de *Civitas*, alguns anos depois, sendo já Nero senhor de Roma, ascende a *Municipium*. O território que administrava seria amplo. O seu limite ao norte terminaria no Tejo, para oriente confrontava com o de Cáceres, para oeste espalhava-se até ao Rio Sor e o vale do Guadiana limitava-o a sul. Sob o poder dum exército bem organizado o Município Ammaiense aglutina e funde política e administrativamente os ancestrais territórios, mas as culturas próprias perduraram.

Do fim do Império Romano à Reconquista

Pelo século VI, com a decadência da estrutura política romana, assiste-se, na área da Serra de S. Mamede a um enxameamento de pequenos núcleos habitacionais implantados em zonas bem disfarçadas na paisagem. A instabilidade que se vive desde o século V até, praticamente, à época da Reconquista Cristã terá contribuído para essa nova reorganização na ocupação do território. Múltiplos pequenos núcleos, mais ou menos urbanizados, atribuíveis à Alta-Idade-Média, espalham-se,

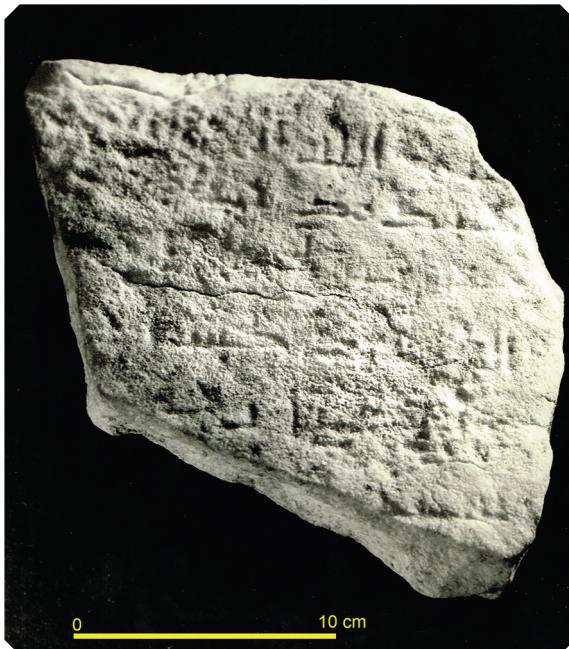
sobretudo por entre os grandes afloramentos graníticos. Com a desorganização da estrutura comercial e social romana estas pequenas comunidades, mais ou menos cristianizadas, sobrevivem alicerçados numa economia fechada, assente na agricultura e na pastorícia.

A islamização desta zona da península não se faz esperar. A serra que mais se eleva a sul do Tejo, e que no mais alto acolheu culto a Alá, como os testemunhos arqueoló-

gicos o comprovam, deve o seu nome a Maomé, que posteriormente cristianizado se converteu em Mamede, Serra de S. Mamede. As velhas e arruinadas estruturas da cidade de Ammaia e a defensável crista quartzítica que junto se ergue também não são esquecidas pelas gentes que do outro lado do Mediterrâneo agora aqui dominam. Reconhece-se hoje como seguro que a mais antiga referência escrita relacionada com Marvão é a

crónica de Isa Ibn Áhmad ar-Rázi, datável do século X, onde se lê: ... o Monte de Amaia, conhecido hoje por Amaia de Ibn Maruán é um monte alto e inexpugnável, a leste da cidade de Amaia-das-Ruínas, situada sobre o Rio Sever. Como nos diz o seu autor, nesse mesmo texto, provavelmente baseado em crónicas dos finais do século IX sobre as atividades bélicas de Ibn Maruán, existiria uma Fortaleza de Ammaia-o-Monte. Esta fortaleza de que fala a referida crónica poderia ser conotada com a torre árabe que se levanta sobre um dos torreões defensivos da porta Nascente da cidade de Ammaia, contudo, nem as ruínas de Ammaia estão

Inscrição islâmica
de S. Mamede
(Museu Municipal
de Marvão)



implantadas num monte, nem esta torre ofereceria a capacidade defensiva que Ibn Maruán procurava. O ambiente de conflitualidade gerado pelas manifestações autonómicas do muladi Ibn Maruán, obrigá-lo-ião a procurar refúgios com capacidades defensivas que o vale da Ammaia não oferece. Parece, assim claro, que o monte sobranceiro ao Sever, nas imediações da *Amaia-das-Ruínas*, é o que hoje sustenta a Vila de Marvão e que recebeu o nome daquele que aí mandou construir uma fortaleza nos finais do século IX. Pelo menos nessa data, e baseados, unicamente, na documentação escrita, poder-se-á afirmar que no cerro de Marvão foram novamente levantadas estruturas defensivas. Passados os períodos de maior instabilidade, marcados pela desagregação do império romano e pela chegada dos bárbaros, com o domínio islâmico a paisagem humana desta região assiste a outra viragem. Os pequenos núcleos urbanos sem sistemas de defesa que se constituíram com a desorganização da estrutura romana encontram na nova fortificação fundada por Ibn Maruán, no cimo da defensável crista quartzítica, a segurança necessária em caso de conflito. Marvão passa a ser o principal epicentro de proteção deste território, dominando uma vasta região, provavelmente a mesma que configurava o romano município Ammaiense.



Fortaleza
de Marvão

Entre 1160 e 1166 o vasto território tutelado por Marvão terá passado para o controlo das gentes de Afonso Henriques. Nada nos informa se esta passagem resultou de um assédio por parte dos cristãos aos que fiéis a Alá que garneciam a fortaleza que se alcandorava na crista quartzítica reforçada em 877 por Ibn Maruán. Provavelmente os seguidores de Maomé terão abandonado pacificamente o morro e pouco tempo depois, Afonso Henriques, entrega estas terras à gestão dos monges-cavaleiros do Templo. O território de Marvão fazendo agora parte da Monarquia Portuguesa, de imediato, passa a ocupar lugar de relevo na administração militar e política da vasta região a sul do Tejo. A sua importância resultaria, naturalmente, da sua estratégica posição no topo de uma inacessível crista quartzítica, mas também, de uma velha tradição administrativa que entroncava no enorme território tutelado pela cidade de Ammaia, situada a escassas centenas de metros da vila de Marvão. Embora não conheçamos em pormenor os limites administrativos do “Municipium Ammaiense”, sabemos que eles eram amplos e, provavelmente, vieram a refletir-se na carta de demarcação do termo de Marvão que lhe foi outorgado por D. Sancho II, em 1226, aquando do 1.º foral. Se não existisse ainda essa memória territorial dificilmente poderíamos entender os limites apresentados pelo documento medieval. Se bem verificarmos a cidade de Ammaia situa-se no centro deste vasto território. Parece, então, que a demarcação medieval do território de Marvão terá seguido uma tradição centenária, delimitada ao tempo em que a cidade de Ammaia dominava esta região.

O vasto território, como se lê no documento publicado por Laranjo Coelho, em 1924, abarcava praticamente todo o atual distrito de Portalegre e uma larga faixa de território da vizinha província de Cáceres, até bem perto de Malpartida de Cáceres. O limite norte era demarcado pelo Rio Tejo, desde a foz do Ocreza (foz oclesa), passando pela Amieira (ameiram). A poente o limite seria o rio Sor ou, mesmo a Ponte de Sôr (Sonor) e depois passaria por Seda, ou pela ribeira de Seda (seda). A Ribeira Grande seria outro limite e, naturalmente a zona de Fronteira, cujo topónimo assim o determina. O limite passaria por Assumar (asiima ou asuma), daí seguiria para Campo Maior (castellum de monte maiori), passando a Ouguela (ugela). A linha de limite entraria no rio Xévora (seuera) e daí seguiria perto de Albuquerque, na zona de (daroches), infletia para o planalto de El Palancar

(planum de alpalancer) até à cumeda da Serra de S. Pedro (serra de sancto petro quae vertente aquas). Da Serra de S. Pedro, a meio caminho de Cáceres, a linha de limite do território seguia para norte, em direção ao Rio Tejo (directum ad tagum). Assim se lê no referido documento, que se conserva na Torre do Tombo. (Coelho, 1924, 58-59)

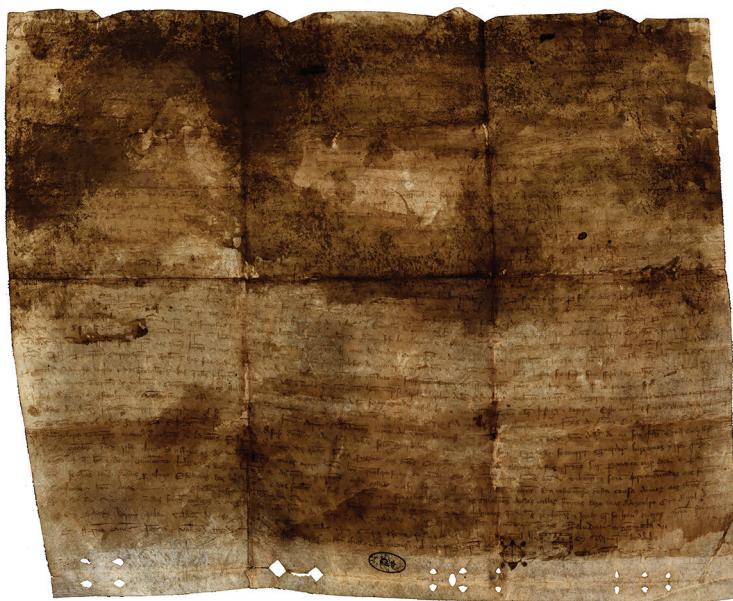
Da fronteira contranatura de 1297 ao acordo de 1313 que se projeta na atualidade

Findos, nesta zona, os conflitos da Reconquista começam-se a esboçar os contornos de outros municípios e a definir as fronteiras entre Castela e Portugal. Em 1267, a 16 de fevereiro, sob o patrocínio dos reis Afonso XI, de Castela e Afonso IV, de Portugal e sob pressão das poderosas ordens militares que disputavam o território, promovem-se encontros entre os “homens bons” das duas terras para a demarcação do limite territorial entre Valência e Marvão, implantando ou gravando, para esse fim, marcas territoriais. Dessa demarcação ainda hoje se conhecem gravações em rochas naturais, sensivelmente coincidentes com a atual fronteira. Esboça-se, nesta data, a fronteira que hoje conhecemos e que o Tratado de Alcanices, em 1297, confirmou. O Tratado de Alcanices, assinado a 12 de setembro de 1297 pelos reis D. Dinis, de Portugal e Fernando IV, de Castela fez perder, de imediato, a parte do território hoje espanhol até aí incorporado no concelho de Marvão. Desse tratado resultou a definição da fronteira entre Portugal e Castela que em grande parte ainda hoje se mantém.

Ainda que esta divisão política entre os dois estados tivesse resultado não tanto de decisões tomadas na corte, mas mais da vontade das gentes de Valência e Marvão, muito pressionadas pelas ordens religiosas que disputavam os territórios a sul do Tejo, rapidamente ambas as comunidades se aperceberam que desta fronteira resultavam fortes constrangimentos às ancestrais relações de proximidade entre as comunidades estabelecidas em ambas as margens do Rio Sever. Assim, logo em 1313, dezasseis anos após o Tratado de Alcanices, estas gentes sentem necessidade de reabrirem a fronteira que impedia a livre passagem de pessoas e bens como desde, pelo menos, o 6.º milénio antes de Cristo acontecia. Assina-se então nesse ano um compromisso entre as gentes de Valência e Marvão, multiplamente

ratificado até 1868, que permitia a quase livre circulação de pessoas e bens entre os dois concelhos. Constatava-se, assim, nesse longínquo ano de 1313, quão contranatura era esta fronteira desenhada sobre o curso do Sever, rio que sempre uniu as pessoas que dele dependiam. Os “Homens-bons” de Marvão e Valência de Alcântara assinam, assim, com a concordância régia dos dois lados, um tratado no qual se regulamentavam as relações entre os povos das duas terras vizinhas, mas incorporadas em estados distintos e separadas por uma fronteira política. Este acordo de boa vizinhança veio, ao longo dos séculos, a ser continuamente ratificado e atualizado. Destes, conhecem-se as ratificações datadas de 22 de setembro de 1519, de 12 de setembro de 1537, o de 23 de setembro de 1585, o de 23 de novembro de 1682 e o de 16 de junho de 1868. Pela leitura destes documentos observa-se como

as relações entre os dois vizinhos concelhos, ainda que incorporados em países distintos, não diferiam, e por vezes até eram mais permissivas, por exemplo, do que as normas que regiam as relações entre as gentes Marvão com as de Castelo de Vide. Esta boa vizinhança, a sua proximidade e sobretudo as relações familiares existentes entre Valência de Alcântara e Marvão, com base nos documentos referidos, conseguiram, ao longo de quase setecentos anos de história conjunta, diluir os

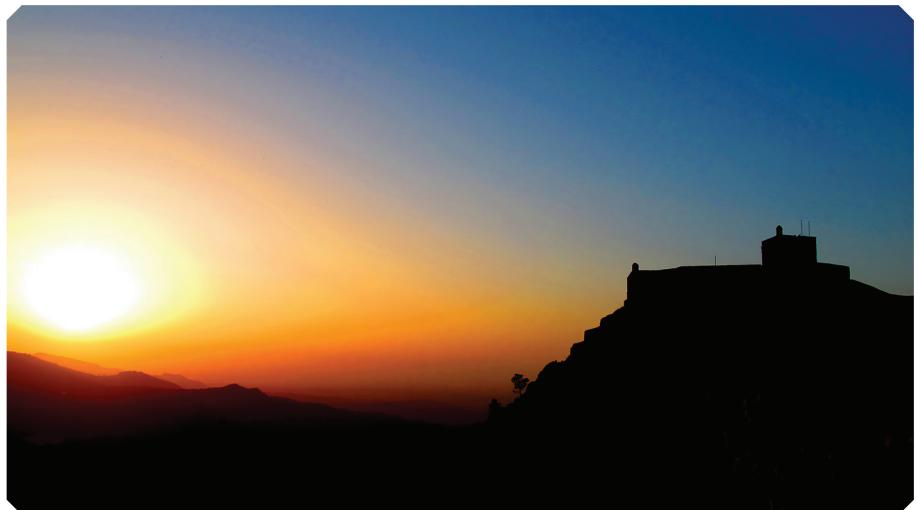


Compromisso de abertura de fronteiras entre Marvão e V. de Alcântara de 1313 (ANTT)

normais constrangimentos que qualquer fronteira política impõe. Parece ser o Rio Sever e os seus recursos o principal fator de união entre estas gentes. Mais do que demarcar dois estados o rio gerou um único povo, o povo da raia.

A singularidade e força destes acordos nem sempre conseguiu ultrapassar as frequentes contendas bélicas que, ao longo da história, opuseram Portugal e Castela. Mas estas contendas decididas nas respetivas e longínquas cortes nunca conseguiram destruir a irmandade das gentes de Valência e Marvão que se abraçam no vale do rio Sever. Testemunham essa fraternidade e consanguinidade, ao longo dos séculos, os Registos Paroquiais, sobretudo os assentos de casamento, onde, claramente, se observa a constante troca de genes entre gentes de Marvão e Valência. Essa irmandade encontra-se, também e ainda hoje bem presente, nos antropónimos, no vocabulário e sobretudo na hospitalidade recíproca das duas terras. Haverá que reconhecer que o período em que a fronteira de facto existiu e mais se fez sentir, foi o que correspondeu aos cinzentos tempos das ditaduras de Franco, do lado de Espanha, e Salazar, do lado de Portugal, mas que as gentes de Marvão e Valência sempre souberam ultrapassar. Mas este temporário estrangulamento à passagem de gentes e bens parece que ainda mais estimulou e reforçou os ancestrais laços existentes. Prova dessa união foi o acolhimento, que sem olhar a cores partidárias, as gentes de Marvão sempre souberam dar aos que do lado de Espanha, durante a fratricida Guerra Civil, procuravam refúgio do lado de Marvão. Mas a férrea fronteira que se instala durante a maior parte do século XX estimulou outra economia, ainda que paralela, o contrabando, promovendo o desenvolvimento económico de ambas as regiões. Se do ponto de vista social, económico, linguístico e até religioso a comunhão entre Valência e Marvão é profunda e milenar, os respetivos interesses políticos dos países a que pertencem obrigaram à fortificação de ambas as praças. Na verdade, se Marvão já possuía, pelo menos desde o século IX, uma estrutura defensiva a coroar a crista quartzítica onde se implanta, ela reforçou-se, por ordem régia, numa primeira fase, como forma de evidenciar a identidade nacional face aos vizinhos de Castela. Esses, não querendo ficar atrás, imitaram os de Marvão e Valência acastelou-se e envolveu-se por muros. Sempre que as respetivas coroas e, demasiadas vezes o fizeram, entravam em conflito, ambas as povoações reforçaram os seus sistemas defensivos, sendo, nos dois casos, os mais significativos os que ocorreram a propósito da denominada Guerra da Restauração. De facto, na segunda metade do século XVII e no século seguinte, Marvão e Valência reforçam, com baluartes,

as respetivas linhas de muralhas que ainda hoje marcam as duas silhuetas urbanas. Contudo, e enquanto os muros se alteavam, as gentes de Marvão e Valência continuavam, sazonalmente incólumes, a apascentar os seus gados nas terras uns dos outros, os rodízios dos moinhos do Sever a moer o pão de ambos e a irem às igrejas pedir a bênção para as respetivas bodas. Pelo que acima se evidencia a fronteira da região entre o Tejo e a Serra de S. Mamede, demarcada em Alcâncices, em 1297, maioritariamente coincidente com o curso do Rio Sever, é uma fronteira completamente contranatura e ao arrepio das ancestrais organizações territoriais, definidas por distintos ecossistemas gerados por condicionantes geomorfológicos, reconhecidas desde, pelo menos, os alvores da neolitização. Nesse longínquo 6.º milénio a.C., como os testemunhos arqueológicos assim o provam, as terras graníticas de Valência, Marvão, Castelo de Vide e Nisa encontravam-se delimitadas a norte por uma linha de menires implantados transversalmente à atual fronteira política e que separava estas terras de agricultura dos campos secos de xisto que bordejam o Tejo, onde outra estrutura socioeconómica, mais deficitária, se mantinha, baseada, essencialmente, na caça e na pastorícia.



“De Marvão vê-se a Terra toda!” (José Saramago)

A fronteira que Alcanices impôs em 1297, completamente contranatura, secciona transversalmente os ancestrais territórios que as primeiras comunidades agro-pastoris definiram nesta região e que, a partir deles, estruturaram todas as relações socioeconómicas ao longo de milénios. Esse relacionamento é ainda hoje bem evidente na proximidade social das gentes de Montalvão com as de Cedillo e Herrera, ou entre as gentes de Marvão com as de Valência, do outro lado do Sever. Como contraponto e, provavelmente alicerçado nos ancestrais territórios e respetivas culturas, observe-se o afastamento cultural das gentes de Valência em relação às de Herrera e Cedillo, ou o distanciamento dos de Marvão com os de Montalvão, ainda que, teoricamente, sejam compatriotas e falantes da mesma língua.

Hoje Marvão já não administra todo o território que a vista de lá alcança, mas no alto da sua milenar fortaleza, deslumbrado, José Saramago escreveu: "De Marvão vê-se a Terra toda!".

Obrigado!

Suporte bibliográfico

ALARCÃO, Jorge de (1985) - Sobre a romanização do Alentejo e Algarve – A propósito de uma obra de José d'Encarnação. *Arqueologia*. Porto: G.E.A.P., 11.

ALARCÃO, Jorge de (1988) – *O Domínio Romano em Portugal*. Mem-Martins: Publicações Europa-América,

ARRUDA, A. M. e CATARINO, H. (1981) – Nota acerca de alguns materiais da II Idade do Ferro do complexo arqueológico dos Vidais (Marvão). *Clio*. Lisboa, Vol. 3, p. 183-188.

COELHO, Possidónio M. Laranjo (1924/2001) – Terras de Odiana - Subsídios para a sua História Documentada. Edição fac-simile da edição de 1924. Introdução de António Ventura. *Ibn Maruán* (edição especial). 11.

DIAS, Ana C.; OLIVEIRA, Jorge de (1981) – *Monumentos Megalíticos do Concelho de Marvão*. Assembleia Distrital de Portalegre. Portalegre.

ENCARNAÇÃO, José d' (1984) – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra.

GUERRA, Amílcar (1996) – *Ammaia, Medobriga e as ruínas de S. Salvador de Aramenha: dos antiquários à historiografia actual*. *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*. 11, p.7-32.

IMPORTANTES DESCOBERTAS (1979) – Importantes descobertas no povoado da Idade do Cobre de Vidais (Marvão). *Clio*. Lisboa, 1, p. 178-9.

JALHAY, Eugénio (1947) – Epigrafia amaiense. Contribuição para o estudo da Aramenha romana (concelho de Marvão). *Brotéria*. Lisboa. XLV, 6, p. 615-633.

MANTAS, Vasco Gil (2000) – A sociedade luso-romana do município de Ammaia. In *Sociedade y Cultura en Lusitania Romana – IV Mesa Redonda Internacional*. Mérida: Série Estudios Portugueses. p. 391-419.

Idem (2002) – Libertos e escravos na cidade luso-romana de *Ammaia*. *Ibn Maruán*. Câmara Municipal de Marvão. 12, p. 49-68.

Idem (2003) – Novidades epigráficas de *Ammaia* (S. Salvador de Aramenha, Marvão). In *Au Jardin des Hespérides. Histoire, Société et épigraphie des mondes anciens. Mélanges offerts à Alain Tranoy*. p. 87-105.

OLIVEIRA, Jorge de (1985) – O menhir da Água da Cuba – Marvão. In Actas das 1.as Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano. Comissão Regional de Turismo e Câmara Municipal de Castelo de Vide. Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de (1990) – Aspectos do megalitismo no nordeste alentejano. In *Actas do 1.º Encontro Regional de História*. Évora: Universidade de Évora.

Idem (1993) – O rio Sever e as fronteiras no 3.º milénio a.C.. In *Actas do Seminário Cooperação e Desenvolvimento Transfronteiriço*. Câmara Municipal de Vila Velha do Ródão.

OLIVEIRA, Jorge de; CUNHA, Susana S. (1993-4) – A cidade romana de *Ammaia* na correspondência entre António Maçãs e Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, vol. XI-XII, p. 103-134.

OLIVEIRA, Jorge de (1996) – Cidade da *Ammaia* (Marvão). *Ibn Maruán*. Câmara Municipal de Marvão. 6, p. 15-22.

OLIVEIRA, Jorge de; BAIRINHAS, António; BALESTEROS, Carmen (1996) – Inventário dos vestígios arqueológicos do Parque Natural da Serra de S. Mamede. *Ibn Maruán*. Câmara Municipal de Marvão. 6, p. 43- 61.

OLIVEIRA, Jorge de (1998) – *Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever*. Lisboa: Ed. Colibri.

Idem (1998 b) – Antas e menires do concelho de Marvão. *Ibn Maruán*. Câmara Municipal de Marvão. 8, p. 13-47.

- OLIVEIRA, Jorge de; CUNHA, Susana S.S.S. (1998) – O complexo arqueológico de Vidais na correspondência trocada entre António Maçãs e Leite de Vasconcelos. *Ibn Maruán*. Câmara Municipal de Marvão. 8, p. 57-85.
- OLIVEIRA, Jorge de (1999) – Cidade romana de Ammaia, S. Salvador de Aramenha, Marvão, Portugal. In *II Congresso de Arqueologia Peninsular*. Zamora: Universidade de Alcalá. Tomo IV, p. 129-134.
- OLIVEIRA, Jorge de (2002) – A cidade romana de Ammaia, documentos para a sua história recente. *Ibn Maruán*. Câmara Municipal de Marvão. 12, p. 11-48.
- OLIVEIRA, Jorge de [et Al.] (2005) – São Salvador da Aramenha. História e Memórias da Freguesia. Jorge de Oliveira (Coord.). *Ibn Maruán*. Câmara Municipal de Marvão e Junta de Freguesia de S. Salvador da Aramenha. 13.
- OLIVEIRA, Jorge de; PEREIRA, S.; PARREIRA, J. (2007) – Nova Carta Arqueológica do Concelho de Marvão, C.M. de Marvão/ Edições Colibri.
- OLIVEIRA, Jorge de (Coord) (2012) – O Foral Manuelino de Marvão, C.M. de Marvão.
- PAÇO, Afonso do (1948) – Epigrafia Amaiense. Monografia oferecida à Academia de Ciências. *Boletim da Academia de Ciências de Lisboa*. Março, p. 30-31.
- OLIVEIRA, Jorge de (2017); Das Fronteiras do 6.º milénio ao Tratado de Alcanices, entre o Tejo e a Serra de S. Mamede; CEAMA, nº15, Almeida.
- PAÇO, Afonso do; ALMEIDA, (D) Fernando de (1962) – Duas inscrições romanas inéditas do Museu de Marvão. *Revista de Guimarães*. Guimarães. Vol. LXXII.
- PEREIRA, Sérgio *et alii* (2000) – Numismática amaiense: notas preliminares. *Ibn Maruán*. Câmara Municipal de Marvão. 9-10, p. 55-70.
- PEREIRA, Sérgio (2002) – Dois depósitos monetários encontrados na Porta Sul (*Ammaia*). *Ibn Maruán*. Câmara Municipal de Marvão. 12, p. 99-134.

REI, António (2002) – Târiq ibn Ziyâd e o seu exército em Almeida e na Cidade de Ammaia (Marvão) em finais de 711 – inícios 712. *Ibn Maruán*. Câmara Municipal de Marvão. 12, p.159-167.

REI, António (1998) – O nordeste alentejano nos geógrafos árabes. *Ibn Maruán*. Câmara Municipal de Marvão. 8, p. 247-250.

SARAMAGO, José (1981) – Viagem a Portugal, Círculo de Leitores.

SIDARUS, Adel (1991) - Amaia de Ibn Maruán: Marvão. *Ibn Maruán*. Câmara Municipal de Marvão. 1, p. 13-26.

VIU, D. José de (1852) – *Extremadura: Colección de sus Inscripciones y Monumentos*. Madrid. Tomo I, p. 242-235.